

Pirapora Energia
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório anual da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações de resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

Mensagem da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Pirapora Energia S.A. submete aos Srs. Conselheiros de Administração o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, com os pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O ano de 2017 foi marcado pela recuperação das unidades geradoras 1 e 2 da Pequena Central Hidrelétrica Pirapora (“PCH Pirapora”), após o período de indisponibilidade, ocasionada pela ruptura e trincas nas pás das turbinas. A conclusão dos reparos e melhorias aconteceu em agosto, dois meses antes do prazo informado no relatório encaminhado à agência reguladora (ANEEL), possibilitando assim o retorno antecipado das unidades à operação.

Desta forma, a Companhia conseguiu cumprir o plano de ação estabelecido para a recuperação definitiva das unidades geradoras sem que ocorresse repercussão na garantia física e das taxas de indisponibilidade verificadas.

Ressaltamos que, a despeito deste evento, a Pirapora Energia S.A., por ser participante do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), seguiu atendendo seus contratos de fornecimento de energia, tendo fechado o ano com receita líquida no valor de R\$ 32,9 milhões, EBITDA de R\$ 27,3 milhões e lucro líquido de R\$ 15,4 milhões.

Contexto

A Pirapora Energia S.A. (“Pirapora Energia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações integrante da Administração indireta do Estado de São Paulo como subsidiária integral da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Controladora”).

Possui como principal ativo a PCH Pirapora, construída com recursos oriundos de financiamento obtido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este financiamento possibilitou a implantação da usina, linha de transmissão associada e a aquisição dos equipamentos necessários à execução da construção. Atualmente, o financiamento está sendo normalmente pago ao BNDES em 192 parcelas mensais e sucessivas, com amortização iniciada em 15 de outubro de 2014. Tal valor representou 60% do investimento para a construção da PCH, tendo sido o restante aportado pela controladora. O financiamento, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 85,9 milhões, tem atualização pela TJLP mais juros de 1,9% a.a. e vencimento em 15 de setembro de 2030.

Finalizada em dezembro de 2014, a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2015 para atender às distribuidoras por meio de contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), correspondentes a um montante de 16 MW médios. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044.

Recuperação das unidades geradoras da usina

Desde o início das operações, a PCH Pirapora apresentou alguns problemas que geraram interrupções na operação e intervenções de manutenção. O problema mais significativo foi detectado em 20 de janeiro de 2016. Após a ruptura de uma das pás do rotor hidráulico no dia 7 de janeiro e o desligamento emergencial da unidade geradora - UG2, foram realizadas inspeções e testes preventivos na UG1, os quais constataram a existência de defeitos semelhantes aos encontrados na UG2. As análises e laudos realizados indicaram que a recuperação definitiva das máquinas exigiria alterações de projeto e troca de todas as pás do rotor, dessa forma, obrigatoriamente, foi necessária a desmontagem das unidades.

Traçado um plano de ação que consistia na substituição de todas as pás por peças novas com perfil hidráulico certificado pela projetista original, a empresa italiana Franco Tosi Meccanica, além da realização de diversos ajustes, reparos e melhorias nos sistemas eletromecânicos e nas estruturas civis da usina, os trabalhos foram iniciados ainda em 2016.

Dados de Produção

A produção mensal de energia elétrica pela PCH Pirapora, desde o início de sua operação comercial, foi de:

Ano Mês	2016		2017	
	MWh	Mwméd	MWh	Mwméd
jan	6.845,768	9,20	5.543,387	7,5
fev			5.590,564	8,3
mar			5.911,140	7,9
abr			6.597,730	9,2
mai			1.714,212	2,3
jun				
jul			2.950,844	4,0
ago			8.225,079	11,1
set			10.791,164	15,0
out			7.886,986	10,6
nov	848,193	1,18	10.586,497	14,7
dez	6.827,675	9,18	14.230,891	19,1
Total	14.521,636	1,65	80.028,494	9,98

Risco hidrológico

A PCH Pirapora, por ser participante do MRE está sujeita ao Risco Hidrológico. Para mitigar esse risco, em 2015, a Pirapora Energia requereu à ANEEL a repactuação desse risco, nos termos da Lei nº 13.203 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684, com efeitos retroagindo a 1º de janeiro de 2015, obtendo a respectiva anuência por meio do Despacho ANEEL nº 189 de 25 de janeiro de 2016.

Receitas

A venda de 16,0 MW médios às distribuidoras de energia elétrica no mercado regulado, comercializados no 10º Leilão de Energia Nova (A-5 Hidro) promovido pela ANEEL em 30 de julho de 2010, resultou em receita operacional líquida anual de R\$ 32,9 milhões e R\$ 30,2 milhões, auferidas respectivamente nos exercícios de 2017 e 2016.

Investimentos

A Pirapora Energia investiu, no exercício, recursos próprios no montante de R\$ 1,1 milhões para a conclusão da implantação da usina e atendimento aos compromissos ambientais, assim como às necessidades de manutenção e segurança operacional, entre as quais: aquisição da plataforma articulada para manutenção (R\$ 621 mil) e aquisição de peças sobressalentes (R\$ 330 mil).

Governança

A Pirapora Energia adota um modelo de governança no qual o direcionamento estratégico é feito pelo Conselho de Administração, que é responsável também pelo acompanhamento dos planos, programas, projetos e do orçamento aprovado. A Administração da Companhia, além do Conselho de Administração, é de responsabilidade da Diretoria, que é responsável, igualmente, pela gestão operacional da Companhia. A Pirapora Energia conta ainda com um Conselho Fiscal de funcionamento permanente.

A EMAE, na qualidade de Acionista Único da Pirapora Energia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da controlada e adotar as resoluções que julgar necessárias à sua defesa e ao seu desenvolvimento.

As deliberações do Acionista Único, consubstanciadas nas correspondentes atas das reuniões de seu Conselho de Administração, produzem os mesmos efeitos das deliberações inseridas na competência da Assembleia Geral, nos termos dos arts. 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76, inclusive perante o Registro de Comércio.

Do ponto de vista dos instrumentos de governança, a Pirapora Energia segue as diretrizes da sua Controladora, especialmente no que diz respeito aos princípios éticos e de conduta, assim garante os mais elevados padrões na condução dos seus negócios.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos Diretores da
Pirapora Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pirapora Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pirapora Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado e está apresentada como informação suplementar pela IFRS, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se



causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rosane Palharim', written over a light blue horizontal line.

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	31.12.17	31.12.16
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	16.335	5.117
Revendedores.....	5	3.843	4.019
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		12	15
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		1	11
Outros créditos.....	6	1.064	1.069
		<u>21.255</u>	<u>10.231</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Cauções e depósitos vinculados.....	7	3.409	3.480
Outros créditos.....	6	1.209	2.137
Imobilizado.....	9	155.824	158.667
		<u>160.442</u>	<u>164.284</u>
TOTAL DO ATIVO.....		<u>181.697</u>	<u>174.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores.....		513	511
Financiamentos.....	10	7.312	6.671
Tributos e contribuições sociais.....		197	156
Taxas regulamentares.....		4	114
Dividendos.....	12.2	3.667	2.168
Encargos de uso da rede elétrica.....		16	16
Outros passivos.....		-	268
		<u>11.709</u>	<u>9.904</u>
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Financiamentos.....	10	<u>78.660</u>	<u>85.054</u>
		78.660	85.054
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social.....	12.1	59.390	59.390
Reservas de Lucros.....	12.3	31.938	20.167
		<u>91.328</u>	<u>79.557</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		<u><u>181.697</u></u>	<u><u>174.515</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas Explicativas	31.12.17	31.12.16
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	13	32.936	30.198
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	14	(9.509)	(11.638)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		23.427	18.560
Despesas Operacionais			
Outras receitas e despesas.....		-	9
		-	9
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		23.427	18.569
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas.....		1.324	1.804
Despesas.....		(7.834)	(9.685)
	15	(6.510)	(7.881)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		16.917	10.688
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes.....	8	(1.479)	(1.558)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		15.438	9.130
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A :			
Acionistas controladores.....		15.438	9.130
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - Em R\$.....		519,97	307,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício.....	15.438	9.130
Outros resultados abrangentes.....	-	-
Total do resultado abrangente do exercício.....	<u>15.438</u>	<u>9.130</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
Saldos em 1º de janeiro de 2016.....	59.390	821	12.384	-	-	72.595
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	9.130	9.130
Constituição de reserva legal.....	-	457	-	-	(457)	-
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 12.2).....	-	-	-	-	(2.168)	(2.168)
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 12.2).....	-	-	6.505	-	(6.505)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016.....	59.390	1.278	18.889	-	-	79.557
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	15.438	15.438
Constituição de reserva legal.....	-	772	-	-	(772)	-
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 12.2).....	-	-	-	-	(3.667)	(3.667)
Dividendo adicional proposto (Nota 12.2).....	-	-	-	10.999	(10.999)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....	59.390	2.050	18.889	10.999	-	91.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício.....	15.438	9.130
Depreciação.....	3.941	3.939
Juros sobre financiamentos.....	7.808	8.640
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		
Revededores.....	176	(378)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	3	(8)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	797	1.276
Outros créditos.....	933	1.497
Cauções e depósitos vinculados.....	71	203
Fornecedores.....	2	313
Tributos e contribuições sociais	41	56
Taxas regulamentares.....	(110)	(354)
Encargos de uso da rede elétrica.....	-	(10)
Outros passivos.....	(268)	(645)
	<u>28.832</u>	<u>23.659</u>
Juros pagos sobre financiamentos.....	(6.874)	(7.305)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(787)	(1.287)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>21.171</u>	<u>15.067</u>
<u>Atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado.....	(1.098)	(611)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.098)</u>	<u>(611)</u>
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Dividendos pagos.....	(2.168)	(3.896)
Pagamento de mútuo entre partes relacionadas.....	-	(4.588)
Financiamentos.....	(6.687)	(6.612)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(8.855)</u>	<u>(15.096)</u>
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	11.218	(640)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	5.117	5.757
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	16.335	5.117
Aumento (Redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	<u>11.218</u>	<u>(640)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITAS		
Receitas operacionais.....	34.183	31.342
Outras receitas.....	-	9
Construção de ativos próprios.....	1.098	611
	<u>35.281</u>	<u>31.962</u>
Menos:		
INSUMOS		
Energia elétrica comprada para revenda.....	-	2.440
GSF (Garantia física).....	928	802
Encargos de uso da rede elétrica.....	286	95
Serviços de terceiros.....	4.305	3.881
Materiais.....	1.058	413
Outras despesas.....	(2)	533
	<u>6.575</u>	<u>8.164</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>28.706</u>	<u>23.798</u>
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	<u>(3.941)</u>	<u>(3.939)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>24.765</u>	<u>19.859</u>
 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras.....	1.324	1.804
	<u>1.324</u>	<u>1.804</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>26.089</u>	<u>21.663</u>
 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Impostos, taxas e contribuições:		
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	64	65
	<u>64</u>	<u>65</u>
Federais :		
Imposto de renda e contribuição social.....	1.479	1.558
COFINS/ PIS.....	1.247	1.144
	<u>2.726</u>	<u>2.702</u>
	<u>2.790</u>	<u>2.767</u>
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros e encargos de dívidas.....	7.834	9.685
Arrendamentos e aluguéis.....	25	81
	<u>7.859</u>	<u>9.766</u>
Remuneração de Capitais Próprios:		
Dividendos.....	3.667	2.168
Lucros retidos.....	11.771	6.962
Lucro líquido do exercício	<u>15.438</u>	<u>9.130</u>
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>26.089</u>	<u>21.663</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Pirapora Energia S.A. (“Pirapora” ou “Companhia”) é uma sociedade de propósito específico, integrante da Administração indireta do Estado de São Paulo como subsidiária integral da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE). A Pirapora é uma Companhia de capital fechado e tem sede na cidade de São Paulo (SP), Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro Pedreira.

A Pirapora Energia S.A. tem por objetivo: administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora.

Em 22 de dezembro de 2010, a EMAE constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, a Pirapora. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 6 de dezembro de 2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada. A Resolução Autorizativa nº 1.429, de 24 de junho de 2008, estabeleceu que a autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, contados da data de publicação dessa resolução. De acordo com essa autorização, ao final de seu termo, os bens e instalações vinculados serão concedidos à União, mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigida que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 30 de julho de 2010, a Companhia foi vencedora do 10º Leilão A-5 da ANEEL, cuja entrega de energia iniciou em 1º de janeiro de 2015. O preço médio definido foi de R\$ 154,49/MWH. O período de fornecimento estipulado nos contratos é de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a autorização termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da autorização assumirá todas as obrigações e os direitos desse contrato.

Entretanto, o art. 7º, da Lei nº 12.111/09, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no parágrafo 7º- A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) terá prazo de autorização ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Em 7 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora - UG2, foi determinado, pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também, a existência de problemas nas pás do rotor, fato que tornou necessária a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas as paralisações foram comunicadas tempestivamente a ANEEL, BNDES e ARSESP. A recuperação definitiva das máquinas exigiu alterações de projeto e troca de todas as pás do rotor. O retorno em operação das máquinas ocorreu, de forma definitiva, em 26 de agosto de 2017, e, durante o período de paralisação, os contratos de comercialização de energia foram

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 30 de janeiro de 2018. Após a emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e base de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época, para elaborar estimativas de determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas reportados nestas demonstrações financeiras. Os valores que serão efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas realizadas, em função de novos eventos ou de novas informações disponíveis após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas, cujos valores reconhecidos são significativos nestas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9 - Imobilizado.**

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício e é apresentada de forma voluntária, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras e de acordo com as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Receita operacional

As fontes de receita referem-se à venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), através de leilão de energia promovido pela ANEEL. A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases dos contratos com as distribuidoras de energia, administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita de fornecimento de energia elétrica também inclui as transações no mercado de curto prazo na CCEE.

3.2 Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre vendas

Os principais impostos e contribuições que incidem sobre as receitas de vendas são os seguintes:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% sobre a venda de energia elétrica.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% sobre a venda de energia elétrica.

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.4 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis ao regime de tributação com base no lucro presumido. Em virtude da utilização desse regime, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é determinada com base em um percentual da receita bruta, 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social, acrescida da receita financeira e ganho não operacional. Sobre essa base de cálculo são aplicadas as alíquotas desses impostos (25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social).

3.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for estimado que tenham vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais, na avaliação da Administração, se aproximam da vida útil e são as praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas. A estimativa do valor residual do imobilizado da Companhia leva em consideração a melhor estimativa de sua Administração, quanto à legislação aplicável para autorizações no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota Explicativa nº 9.

3.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classificou seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e recebíveis e ii) passivo financeiro pelo custo amortizado.

(i) Empréstimos e recebíveis

Nesta categoria, são classificados os instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estejam cotados em mercado ativo. Dessa forma, a Companhia classificou nesta categoria seus principais instrumentos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa, Revendedores, Cauções e depósitos e Outros créditos.

Os instrumentos financeiros classificados como “Empréstimos e recebíveis” foram registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente pelo custo amortizado.

(ii) Passivo financeiro pelo custo amortizado

Nesta categoria, são classificados instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estejam cotados em mercado ativo. Foram classificados nesta categoria: Fornecedores, Financiamentos, Dividendos e Outros passivos.

Os instrumentos financeiros classificados como “Passivo financeiro pelo custo amortizado” são registrados inicialmente pelo seu valor justo diminuído de seu custo de transação e mensurados posteriormente pelo seu custo amortizado.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros da Companhia são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de reporte para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil, seja por venda, seja por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor de venda menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novos pronunciamentos, modificações de pronunciamentos e interpretações foram emitidos pela IFRS e/ou CPC, os quais serão efetivos para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotados na elaboração destas demonstrações financeiras. A Companhia planeja aplicá-los a partir da data de sua vigência. A seguir, apresentamos um resumo desses novos documentos:

a.1 CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na Administração de seus ativos financeiros.

Classificação - Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros passarão a ser classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados ao custo amortizado, o qual não foi alterado pelo CPC 48.

A Companhia avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” e passarão a ser classificados como “custo amortizado”, portanto não havendo modificação significativa em sua mensuração.

Redução no valor recuperável (impairment)

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48 é aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja, com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2, diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, revendedores, cauções e depósitos e outros créditos vinculados na avaliação não têm apresentado aumento no risco de crédito e também não há em 31 de dezembro de 2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento na provisão para perdas esperadas, além dos valores já registrados na Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

a.2 CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15)

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

Suprimento de Energia Elétrica

A principal receita da Companhia é representada pelo fornecimento de energia elétrica através de contratos de venda de energia no ambiente regulado. A receita desses contratos é reconhecida em bases mensais de acordo com a sazonalização da energia acordada com seus clientes. Esses contratos, bem como a energia comercializada em bases mensais, são registrados na CCEE tanto pelo vendedor como pelo comprador, de forma a confirmar a entrega e o recebimento da energia.

A obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega da energia aos clientes.

Com base na análise acima, a Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras pela adoção do CPC 47.

a.3 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

A Companhia não é arrendatária em contratos de arrendamento mercantil, portanto avalia que os impactos da adoção do CPC 06 (R2) não sejam significativos. Entretanto, informa que está realizando a avaliação de contratos que possam conter arrendamento de equipamentos, e eventuais impactos decorrentes dessa revisão serão divulgados oportunamente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Caixa e bancos conta movimento.....	946	1.066
Aplicações financeiras	<u>15.389</u>	<u>4.051</u>
	<u>16.335</u>	<u>5.117</u>

A Companhia aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 0,7511% ao mês (0,9458% ao mês em 31 de dezembro de 2016).

5 Revendedores

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Suprimento de energia para revendedores.....	<u>3.843</u>	<u>4.019</u>

Em virtude de não possuir contas a receber em atraso, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 Outros créditos

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Circulante		
GSF (Generation Scaling Factor) Garantia física.....	928	928
Seguros.....	<u>136</u>	<u>141</u>
	<u>1.064</u>	<u>1.069</u>
Não circulante		
GSF (Generation Scaling Factor) Garantia física.....	<u>1.209</u>	<u>2.137</u>
	<u>1.209</u>	<u>2.137</u>

- **GSF** - Em 6 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015.

Por meio do Ofício “OF/A/023/2016” de 28 de janeiro de 2016, o pleito foi encaminhado para a ANEEL, optando pela repactuação do risco hidrológico pela classe de produto SP100.

Em 25 de janeiro de 2016, por meio do Despacho nº 189, a ANEEL anuiu o Termo de Repactuação nº 92/2016, que se tornou eficaz com a renúncia do direito de discutir o assunto em qualquer esfera judicial, arbitral ou administrativa.

No exercício de 2015, a crise hídrica, de forma geral, afetou a produção das Companhias geradoras. Para suprir os contratos regulados naquele exercício, a Companhia adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação, esses custos foram elevados para R\$ 4.703.

O referido crédito será utilizado no pagamento do prêmio de cobertura do risco hidrológico correspondente ao produto SP100 (cobertura total), na ordem de R\$ 1.332/ano.

7 Cauções e depósitos vinculados

Controladora e Consolidado		
	31.12.17	31.12.16
Cauções e depósitos vinculados.....	3.409	3.480
	3.409	3.480

Referem-se a depósito de garantia do financiamento contraído pela Companhia (Nota Explicativa nº 10).

8 Imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda De Energia Elétrica.....	34.183	34.183	31.342	31.342
Receita Financeira.....	1.324	1.324	1.804	1.429
Ganho Não Operacional.....	-	-	9	9
BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO:				
Energia Elétrica (a).....	2.735	4.102	2.507	3.761
Receita Financeira (b).....	1.324	1.324	1.804	1.804
Ganho Não Operacional (b).....	-	-	9	9
BASE DE CÁLCULO	4.059	5.426	4.320	5.574
Imposto De Renda (25%) (c).....	(991)	-	(1.056)	-
Contribuição social (9%).....	-	(488)	-	(502)
Tributo corrente do exercício	(991)	(488)	(1.056)	(502)

(a) Corresponde a 8% da base de cálculo para o IR e 12% para a CSLL

(b) Corresponde a 100% do valor da base de cálculo

(c) Corresponde a 15% mais adicional de 10%

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia optou pela tributação pelo lucro presumido.

9 Imobilizado

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em		Baixa	Depreciação do período	Saldo em
		31.12.16	Adições			
Em serviço						
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	48.725	78	-	(1.025)	47.778
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	47.726	53	-	(940)	46.839
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	62.214	967	-	(1.975)	61.206
Móveis e Utensílios.....	6,3%	2	-	-	(1)	1
Subtotal		158.667	1.098	-	(3.941)	155.824
Total		158.667	1.098	-	(3.941)	155.824

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.15	Adições	Baixa	Depreciação do período	Saldo em 31.12.16
Em serviço						
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	49.648	101	-	(1.024)	48.725
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	48.930	134	(389)	(949)	47.726
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	63.804	376	-	(1.966)	62.214
Móveis e Utensílios.....	6,3%	2	-	-	-	2
Subtotal.....		162.384	611	(389)	(3.939)	158.667
Total		162.384	611	(389)	(3.939)	158.667

Em virtude da paralisação nas operações da Companhia durante o exercício de 2016, o que poderia indicar uma possível perda no valor recuperável desses ativos não financeiros, a Companhia realizou em 2016 teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixa descontados sem identificar provisão a ser constituída naquele exercício. Para o exercício de 2017, em virtude do retorno de suas unidades geradoras em agosto de 2017, a Companhia efetuou novo teste de recuperabilidade utilizando fluxos de caixa descontados e concluiu que não há indicadores de desvalorização em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que há garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da autorização, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a Companhia deprecia os seus ativos de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, em que pese a legislação e a Resolução Autorizativa preverem a possibilidade da renovação da autorização e indenização dos saldos não depreciados e/ou amortizados.

10 Financiamentos

Em 8 de março de 2012, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH. Em 31 de dezembro de 2017, o valor total atualizado do financiamento é de R\$ 85.972 (R\$ 91.725 em 2016), sendo R\$ 7.312 classificados como passivo circulante (R\$ 6.671 em 2016) e R\$ 78.660 como passivo não circulante (R\$ 85.054 em 2016).

O vencimento será em 15 de setembro 2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

	31.12.16		31.12.17	
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros
Circulante e Não Circulante				
Financiamento BNDES.....	91.725	7.808	(6.687)	(6.874)
				85.972

	31.12.15		31.12.16	
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros
Circulante e Não Circulante				
Financiamento BNDES.....	97.002	8.640	(6.612)	(7.305)
				91.725

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada (CCEI).

A cessão fiduciária mencionada abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobrecustos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais. Esses valores encontram-se registrados como Cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no valor de R\$ 3.409 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.480 em 2016).

Está cedido também fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios sobre os Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEARs) celebrados na forma do Leilão de Energia Nova nº 10/2010.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato o ICSD de, no mínimo, 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.

Índice de Capitalização Próprio (ICP)

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato o ICP igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos e quantitativos.

11 Transações com partes relacionadas

Controladora e controladora final

A Companhia é uma subsidiária integral da EMAE - Empresa Metropolitana de Água e Energia S.A., que, por sua vez, é controlada pela Fazenda do Estado de São Paulo.

Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os administradores da Companhia não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora direta EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

Outras transações com partes relacionadas

A Companhia, no ano de 2016, contratou o serviço de operação e manutenção de sua controladora EMAE. O prazo para prestação dos serviços é de quatro anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Companhia, podendo ser prorrogado a critério das partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu em seu resultado uma despesa de prestação de serviço para partes relacionadas no valor de R\$ 1.971 (R\$ 1.597 em 2016).

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado de R\$ 59.390 está dividido em 29.690 ações ordinárias detidas pela EMAE, sua controladora, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

De acordo com o parágrafo único do art. 3º do Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado em dinheiro ou bens até o limite máximo de R\$ 158.000 mediante deliberação do Conselho de Administração do Acionista Único, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal e mediante autorização do Conselho de Defesa de Capitais do Estado (CODEC).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve emissão ou resgate de ações.

12.2 Proposta de destinação do resultado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício.....	15.438	9.130
Reserva Legal (5%).....	(772)	(457)
Resultado após reserva legal.....	14.666	8.673
Dividendo Obrigatório (25%).....	(3.667)	(2.168)
Reserva de retenção de lucros.....	-	(6.505)
Dividendo adicional proposto.....	(10.999)	-
Lucro Remanescente	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia propõe além do pagamento do dividendo obrigatório de R\$ 3.667 um adicional de R\$ 10.999 em face dos números apresentados durante o exercício de 2017.

12.3 Reservas de lucros

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Reserva legal.....	2.050	1.278
Reserva de retenção de lucros.....	18.889	18.889
Dividendo adicional proposto.....	10.999	-
	<u>31.938</u>	<u>20.167</u>

Em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o dividendo adicional proposto será mantido em conta do Patrimônio Líquido até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pela Administração da Companhia.

13 Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Suprimento de energia - leilão.....	33.142	31.242
Energia de curto prazo - CCEE.....	1.041	100
	<u>34.183</u>	<u>31.342</u>
DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL		
COFINS s/ receitas operacionais.....	(1.025)	(940)
PIS s/ receitas operacionais.....	(222)	(204)
	<u>(1.247)</u>	<u>(1.144)</u>
Receita operacional líquida.....	<u>32.936</u>	<u>30.198</u>

14 Custo do serviço de energia elétrica

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Material.....	(67)	(23)
Serviço de terceiros (a).....	(4.199)	(3.660)
Energia elétrica comprada para revenda (b).....	-	(2.440)
GSF (Garantia Física) Nota 6.....	(928)	(802)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(286)	(95)
Depreciação (Nota 9).....	(3.941)	(3.939)
Outras despesas.....	(88)	(679)
	<u>(9.509)</u>	<u>(11.638)</u>

- (a) **Serviços de terceiros** - Correspondem a serviços prestados de operação e manutenção necessários para o funcionamento da PCH.
- (b) **Energia elétrica comprada para revenda** - Liquidação extemporânea decorrente de ajustes da CCEE relativos à energia de curto prazo.

15 Resultado financeiro

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.236	1.420
Ganho adesão GSF.....	-	273
Outras.....	88	111
	<u>1.324</u>	<u>1.804</u>
Despesas		
Juros BNDES.....	(7.808)	(8.640)
Juros contrato mútuo entre partes relacionadas.....	-	(1.001)
Outras.....	(26)	(44)
	<u>(7.834)</u>	<u>(9.685)</u>
	<u>(6.510)</u>	<u>(7.881)</u>

16 Instrumentos Financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

	31.12.17	31.12.16	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa.....	16.335	5.117	Empréstimos e recebíveis
Revendedores.....	3.843	4.019	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	2.273	3.206	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	3.409	3.480	Empréstimos e recebíveis
Forneecedores.....	513	511	Passivo financeiro ao custo amortizado
Financiamentos.....	85.972	91.725	Passivo financeiro ao custo amortizado
Dividendos.....	3.667	2.168	Passivo financeiro ao custo amortizado
Outros passivos.....	-	268	Passivo financeiro ao custo amortizado

Mensuração do valor justo

Como observado na tabela acima, a Companhia não possui, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, instrumentos financeiros ativos ou passivos mensurados pelo valor justo.

Gerenciamento de riscos

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia, e a sua energia é comercializada através de contratos no ambiente regulado de energia, vendidos através de leilão promovido pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

a. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstas em contratos de financiamentos, quando aplicável.

a.1 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

a.2 Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento, o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 16.335 (R\$ 5.117 em 2016), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

a.3 Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

a.4 Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de dezembro de 2017, com CDI *overnight* de 6,89% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 (Nota 4)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		6,89%	8,61%	10,34%
Aplicações financeiras	15.389	1.060	1.325	1.591

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 (Nota 4)	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		6,89%	5,17%	3,45%
Aplicações financeiras	15.389	1.060	796	531

A Companhia possui financiamento contratado com o BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o *spread* 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 31 de dezembro de 2017, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde à TJLP atual de 6,75% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 (Nota 10)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	6,75%	8,65%	10,34%	12,03%
Liberado pelo BNDES	85.972	7.437	8.890	10.342

I-CVM 475	Saldo 31.12.2017 (Nota 10)	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	6,75%	8,65%	6,96%	5,28%
Liberado pelo BNDES	85.972	7.437	5.984	4.539

Fonte: TJLP (BNDES).

a.5 Risco de liquidez

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez, a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “financiamentos”, está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, esses valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	513	-	-	-	-	513
Financiamentos.....	2.783	8.347	11.130	33.391	88.189	143.840
Dividendos.....	-	3.667	-	-	-	3.667
Total	3.296	12.014	11.130	33.391	88.189	148.020

a.6 Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros (Nota Explicativa nº 10) e outros. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia está em conformidade dos termos dos *covenants* (veja Nota Explicativa nº 10).

b. Risco hidrológico

A PCH Pirapora, de propriedade da Companhia, aderiu à repactuação do risco hidrológico de acordo com a Lei nº 13.203/2015 no produto SP 100 (cobertura total), conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

c. Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia.

- d. Risco de alteração na legislação tributária*
O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia, principalmente se aumentarem a carga tributária.
- e. Risco de preço*
Os preços de comercialização de energia elétrica são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.
- A cada 1% de variação do IPCA (positivo ou negativo), a receita bruta da companhia é impactada em R\$ 331, e o lucro líquido em R\$ 154.
- f. Risco relacionado à integridade do empreendimento*
Um risco inerente às operações da Companhia é a possibilidade de rompimento ou galgamento das barragens, o que pode ocasionar inundações em áreas vizinhas e acidentes. A companhia adota uma política de segurança de barragens para reduzir a probabilidade de ocorrerem esses eventos ou minimizar seus impactos.

17 Compromissos de longo prazo

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

- a. Contrato de uso do sistema de distribuição**
A Companhia mantém contrato com a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade para o uso do sistema de distribuição, com vigência até a data de extinção da autorização ou a extinção da empresa transmissora, o que ocorrer primeiro.
- b. Contrato de operação e manutenção**
A Companhia mantém contrato de operação e manutenção com a sua controladora, vigente até 2019 e atualizado anualmente pelo IPC - FIPE.
- c. Contrato de venda de energia**
A Companhia possui a sua energia contratada com distribuidoras de energia, comercializada no ambiente regulado por meio do leilão, com prazo de vencimento até 2044.

18 Alterações não caixa

Durante o exercício de 2017, a Companhia realizou a seguinte operação não caixa na atividade de financiamento:

	31.12.16	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.17
Financiamentos.....	91.725	(13.561)	7.808	85.972

O valor de R\$ 7.808 refere-se aos juros incorridos no exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

Luiz Carlos Ciocchi
Presidente Presidente

Carlos Alberto Marques da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Fábio Tonetto
Contador - CRC 1SP 264.253/O-4